

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 3
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-448-1

DOI 10.22533/at.ed.481202909

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A realidade das políticas públicas tem se tornando claramente complexas em função do número crescente de temáticas que, não apenas o Estado, mas a própria Sociedade Civil, passa a lidar no dia-a-dia no interesse da *res pública*, o que torna este campo de estudos particularmente rico na conformação de agendas de pesquisas e na projeção de análise descritivas e prescritivas com base em diferenciados paradigmas ideológicos.

Tomando como objeto central de pesquisa a realidade empírica das políticas públicas no Brasil, a presente obra se apresenta como um trabalho coletivo desenvolvido com várias mãos e em colaboração intelectual em distintas partes do país, resultando assim em uma peça investigativa que suscita um olhar plural por meio da combinação de distintos recortes teórico-metodológicos.

Fruto de um trabalho coletivo de 36 pesquisadoras e 18 pesquisadores oriundos de Instituições de Ensino Superior público e privadas, bem como de Instituições da Administração Pública, a presente obra apresenta o resultado de pesquisas desenvolvidas de modo colaborativo em 13 estados, refletindo assim sobre as políticas públicas em todas as cinco macrorregiões brasileiras.

Escrito por meio de uma linguagem simples e acessível a um amplo público, o presente livro fundamenta sua narrativa discursiva a partir da combinação de um conjunto de análises sobre a realidade das políticas públicas no Brasil em diferentes áreas temáticas, a qual se manifesta empiricamente em distintas escalas de espacialização ou mesmo de periodização no tempo.

O livro “As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 3” apresenta uma visão maximalista sobre as políticas públicas no Brasil a partir de uma leitura plural que se fundamenta em três eixos temáticos, sendo eles, respectivamente relacionadas a Administração Pública, Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), e Políticas Urbanas, Rurais, Fronteiriças e de Planejamento Territorial.

No primeiro eixo temático, 4 agendas de estudos sobre a Administração Pública são apresentadas por meio de discussões relacionadas às políticas públicas que valorizam a teoria do capital humano na gestão da inovação no setor público, mecanismos de controle social na Administração Pública, monitoramento e avaliação na gestão pública, bem como os processos motivacionais de agenda *setting*.

No segundo eixo temático, 6 capítulos exploram o sistema de proteção social e o mutagênico Estado de Bem Estar Social no Brasil, por meio de uma série de discussões que versam sobre desigualdade de renda no país, Sistema Único de Assistência Social, previdência, bem como temas de crescente abertura não estatal a atores de Economia Solidária e a Organizações da Sociedade Civil.

No terceiro eixo temático, os 9 capítulos finais do livro são apresentados por meio de discussões que versam sobre as políticas públicas de turismo, habitação e cultura na periferia, bem como políticas específicas que incidem nas fronteiras ou no contexto rural relacionadas à agricultura familiar, extensão rural e à participação de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Com base nos 19 capítulos apresentados nesta obra, por meio de uma lógica discursiva de gradação crescente nas temáticas abordadas, a pluralidade de pensamento se manifestou como uma peça chave para abordar distintas realidades temáticas das políticas públicas no tempo e no espaço, com base em *expertises* específicas dos pesquisadores envolvidos e em recortes teórico-metodológicos variados que valorizam a riqueza deste campo de estudos. Sejam todos bem vindos ao campo das políticas públicas. Excelente leitura!

. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O FATOR HUMANO COMO ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA A GESTÃO DA INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Geralda Genuina da Fonseca

Ruy Alves Rodrigues Pinheiro

Júnior Cleber Alves Paiva

Mariana Silveira de Oliveira

Rafael Luis da Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029091

CAPÍTULO 2..... 13

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO PRÓ-SEMIÁRIDO NA BAHIA

Carla Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.4812029092

CAPÍTULO 3..... 23

CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO COM SUPORTE EM UM CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Gislan Santos Sampaio

Jacqueline Cunha da Serra Freire

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.4812029093

CAPÍTULO 4..... 34

MOTIVAÇÕES PELAS QUAIS UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DEVA SE INTERESSAR PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes

DOI 10.22533/at.ed.4812029094

CAPÍTULO 5..... 52

O DEBATE SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: A CONTROVÉRSIA DOS ANOS 70 E A CONVERGÊNCIA NOS ANOS 90

Rodrigo Mendes Gandra

DOI 10.22533/at.ed.4812029095

CAPÍTULO 6..... 73

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E A CENTRALIDADE NA FAMÍLIA COMO PADRÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Lúcia Helena Dantas Martins

Ariele França de Melo

Andressa Sonja Pereira de Castro

Jéssica Katariny Oliveira da Silva

Emanuelle Monaliza de Sousa Gomes

Maria Tereza Martins de Souza

Leane Taise da Mota
Letícia Karoline Brito Medeiros Dantas
Felippe Silva dos Santos
Thássila Tamires Batista Alves
Shirlany Sayonara França Bezerra
Luana Maria Miranda de Moura Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029096

CAPÍTULO 7..... 85

O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A PERSPECTIVA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Gissele Carraro
Jane Cruz Prates
Solange Emilene Berwig

DOI 10.22533/at.ed.4812029097

CAPÍTULO 8..... 98

PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL: ENTRE A PREVIDÊNCIA OBRIGATORIA E A PREVIDÊNCIA VOLUNTÁRIA

Cleci Maria Dartora
Wilson Itamar Godoy

DOI 10.22533/at.ed.4812029098

CAPÍTULO 9..... 111

PROJETO OSC LEGAL: ADEQUAÇÃO LEGAL E CAPACITAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Edna Alves Muniz
Ana Laura Lavor de Castro

DOI 10.22533/at.ed.4812029099

CAPÍTULO 10..... 120

POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOB O PÊNDELO DA SUPERAÇÃO OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA?

Caroline Goerk
Fábio Jardel Gaviraghi
Gleny Terezinha Duro Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.48120290910

CAPÍTULO 11..... 132

A ROTA DAS EMOÇÕES NO CONTEXTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PIAUÍ/ BRASIL

Simone Cristina Putick
Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira
Luzia Neide Coriolano
Milton Augusto Pascotto Maniane
Maria Majaci da Silva

DOI 10.22533/at.ed.48120290911

CAPÍTULO 12.....	145
IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO PARA AS CIDADES	
Maria Laís Alves de Araujo	
Francisco Lucas de Lima Fontes	
Amanda Virgínia Lima do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.48120290912	
CAPÍTULO 13.....	156
POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS PERIFERIAS – ESTUDO DE CASO “A BATALHA DOS BARBEIROS”	
Veronica Diaz Rocha	
Newton Augusto Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.48120290913	
CAPÍTULO 14.....	171
A CONTRIBUIÇÃO DA EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	
Joanne Régis Costa	
DOI 10.22533/at.ed.48120290914	
CAPÍTULO 15.....	182
INCLUSÃO PRODUTIVA: UM OLHAR SOBRE A EXTENSÃO RURAL NO PROGRAMA DO BIODIESEL NO PIAUÍ	
Maria Elza Soares da Silva	
Cristiane Lopes Carneiro d’Albuquerque	
Luzineide Fernandes de Carvalho	
Boanerges Siqueira d’Albuquerque Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48120290915	
CAPÍTULO 16.....	194
O ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS NO CONTEXTO DOS SEUS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE	
André Luiz Miranda Silva Zopelari	
DOI 10.22533/at.ed.48120290916	
CAPÍTULO 17.....	209
POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA INTERNACIONAL: UM OLHAR PARA A REGIÃO FUNCIONAL 7/RS	
Edemar Rotta	
Neusa Rossini	
DOI 10.22533/at.ed.48120290917	
CAPÍTULO 18.....	223
MEDIAÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA: UM INSTRUMENTO POSSÍVEL DE COOPERAÇÃO MÚTUA	
Noemi Correa de Oliveira Feitosa	
Elisa Pinheiro de Freitas	

DOI 10.22533/at.ed.48120290918

CAPÍTULO 19.....235

A JUDICIALIZAÇÃO DE REGISTROS TARDIOS DE NASCIMENTO NA COMARCA DE
CORUMBÁ/MS

Adauto Ajala Dourado

DOI 10.22533/at.ed.48120290919

SOBRE O ORGANIZADOR.....251

ÍNDICE REMISSIVO.....252

A ROTA DAS EMOÇÕES NO CONTEXTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PIAUÍ/ BRASIL

Data de aceite: 01/10/2020

Simone Cristina Putick

Universidade Federal do Delta do Parnaíba.
Recursos FAPEPI – Fundação de Amparo e
Pesquisa do Piauí.

Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

Universidade Federal do Paraná

Luzia Neide Coriolano

Universidade Estadual do Ceará

Milton Augusto Pascoto Mariane

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Maria Majaci da Silva

Colégio Técnico do de Teresina/PI

RESUMO: O foco deste artigo é o desenvolvimento turístico no contexto da região Nordeste brasileira e as políticas públicas de turismo, com destaque para o Programa de Regionalização do Turismo, ação do Ministério do Turismo que orienta a criação de roteiros regionais como a Rota das Emoções que abrange os estados do Piauí, Ceará e Maranhão. O objetivo é analisar a importância da Rota das Emoções no desenvolvimento do território piauiense. A relevância do estudo se deve à importância econômica e social adquirida pelo turismo em escala global. Assim, examinam-se as ações governamentais que promovem a difusão territorial do turismo no Brasil, em especial no Piauí, e as políticas privadas que estabelecem serviços turísticos que geram empregos formais e informais e desencadeiam transformações nas

infraestruturas devido ao seu efeito multiplicador. No entanto, uma das constatações é de que as transformações não atendem à objetivos sociais e ao bem-estar de populações locais, sendo mais direcionadas ao mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Turismo, Rota das Emoções, Nordeste brasileiro.

THE ROUTE OF EMOTIONS IN THE TOURIST CONTEXT OF THE STATE OF PIAUI/ BRAZIL

ABSTRACT: The paper is structured with an introduction, a methodology, and theoretical foundation. Piauí is studied in the context of the Northeast of Brazil, geographical space of Piauí and public tourism policies, with a focus on the *Programa de Regionalização do Turismo* (Tourism Regionalization Program) that suggests itineraries with the emergence of the *Rota das Emoções* (Route of Emotions), a regional route that comprises the Brazilian states of Piauí, Ceará and Maranhão. The objective: is to analyze the importance of the *Rota das Emoções* in the development of Piauí's territory. The relevance is given by the significant growth acquired by tourism in contemporary society. Governmental actions that promote territorial tourism diffusion are examined in Brazil, especially in Piauí. Private policies that regulate and establish tourist services that generate formal and informal jobs and trigger transformations with a multiplier effect. However, infrastructural transformations do not meet social objectives, directed to the market and to people's well-being.

KEYWORDS: Public policies, tourism, *Rota das Emoções* (Route of Emotions), Northeast of Brazil.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo analisa a Rota das Emoções como proposta de desenvolvimento turístico do Estado do Piauí a partir de Políticas Públicas do Turismo com enfoque no Programa de Regionalização do Turismo, trabalhando com a perspectiva territorial do turismo. Tem como contexto o Nordeste brasileiro na análise de correlações do turismo com as realidades econômica, social, política e territorial.

O Piauí é um dos nove estados da Região Nordeste do Brasil, com histórico de dependência política, administrativa, econômica e comercial, considerado espaço marginal por muito tempo, pela situação de atraso econômico em relação a estados nordestinos, apesar de detentor de potencial natural e cultural. Por muito tempo, as formulações de políticas públicas de desenvolvimento são preteridas no projeto de desenvolvimento nacional, não ocorrendo transferência de recursos federais para o Estado. O território se insere em região das mais pobre do Brasil.

Na década de 2004 políticas públicas e privadas implementam a Rota das Emoções, roteiro turístico integrado, formado pelos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, passando em quatorze municípios. A implementação da Rota se dá com a reestruturação econômica e política da atividade turística no Brasil, pelo Ministério do Turismo (MTur) com o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil - para desenvolvimento da atividade turística, no território nacional, adotando o conceito de região turística para descentralizar e diversificar produtos turísticos.

O MTur propõe roteirização turística ao criar rotas para união de atrativos turísticos dispersos, de forma a organizar e a integrar a oferta turística do País, e a conectar lugares com potencial turístico, com oferta de produtos rentáveis e comercialmente viáveis. Assim, instala-se a Rota das Emoções que passa por três Unidades de Conservação: Parque Nacional de Jericoacoara, Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, geograficamente próximos sugerindo complementação. A Rota oferece atrativos nos segmentos de turismo de sol e praia, aventura e ecoturismo.

Discursos políticos, com vistas à atração de investimentos, por meio do *marketing* transformam a imagem do estado pobre em lugar turístico cheio de atrativos naturais, porém, não suficientes para acabar com a pobreza. A ocupação desordenada do território e a desarticulação dos fatores políticos, econômicos e culturais agravado com a concentração de renda e poder intensificam o quadro de pobreza (Andrade, 2005). Assim, limitações de capital e de técnicas e tecnológicas na região do semiárido, em conjunto com o atraso político são responsáveis pela manutenção do domínio e poder das oligarquias, nos estados nordestinos, em especial no Piauí (Araújo, 2013).

Programas governamentais de desenvolvimento da atividade turística, em diferentes esferas, passam a ser alocadas na Região Nordeste. A atividade ganha relevância econômica, na formação da imagem positiva do Nordeste brasileiro. A possibilidade de

exploração das paisagens litorâneas induz à elaboração de políticas de desenvolvimento econômico e promove a reestruturação do mercado imobiliário. O litoral nordestino é convertido em região turística com a adoção de políticas de desenvolvimento, com estratégias de *marketing* que valorizam o litoral (Dantas, Ferreira e Clementino, 2010). A transformação nesse geossistema ocasiona mudanças de caráter territorial e econômico via turismo que desponta como vetor econômico do Nordeste, o que se constata pelo volume de investimentos aplicados na atividade turística.

A Região Nordeste estruturada em polos turísticos, concentrados na zona costeira, onde praia, sol e mar passam a ser variáveis importantes para atração de turistas e movimentação de empreendimentos. Apesar dessa dinâmica o Piauí continua pobre e esquecido, e assim o objetivo do texto é analisar a importância da Rota das Emoções, no desenvolvimento do Estado. A delimitação geográfica da área de estudos compreende os municípios de Parnaíba, Luís Correia, Cajueiro da Praia e Ilha Grande, no Estado do Piauí, pertencentes à Rota das Emoções, na temporalidade dos anos de 2004 a 2019.

2 | POLÍTICAS PÚBLICAS, PRIVADAS E ALTERNATIVAS

As políticas públicas são formas de agir do Estado têm como foco no atendimento das necessidades para oferecer condições de vida digna a cidadãos. Garantidas pelo Estado e órgãos do poder executivo com vistas a assegurar direitos sociais aos cidadãos. Um dos principais poderes do Estado é o de polícia presente nos diversos regimes (liberais, ortodoxos), como mediador de relações (Pereira, 2009). Existem elementos que se interligam e compõem o Estado, formando o:

Conjunto de instituições e prerrogativas, destacando o poder coercitivo, delegado pela Sociedade; o território, entendido como um espaço geograficamente limitado onde o poder estatal é exercido; uma máquina burocrática capaz de administrar as instituições e as políticas governamentais, arrecadar e gerir recursos; e um conjunto de condutas e comportamentos gerais que regulado pela máquina burocrática, ajuda a criar e manter uma cultura política comum formando assim uma nação (Souza Neto, 2018: 95).

Em processo repleto de contradições na relação sociedade civil e grupos corporativos, pois no Estado liberal-democrático ocorrem contradições básicas da relação Estado-sociedade no desenvolvimento das formas de articulação da sociedade civil e funcionamento dos mecanismos democráticos que legitimam as funções do Estado. “Enquanto, as exigências contemporâneas de estruturas sociais e econômicas altamente complexas ampliam as funções do Estado. É basicamente essa contradição que move o Estado liberal-democrático (Costa, 2008: 279).

O estado moderno tem origem nos séculos XV, após a dissolução de impérios e o fim da dominação da Igreja, com alterações no espaço e no tempo. É instituição organizada politicamente, socialmente e juridicamente. Reconhecido soberanamente, não

havendo outra autoridade no território que exerça esse poder, regido pela lei máxima, a Constituição, com território definido, clara distinção entre Estado e sociedade civil, com explícita transitoriedade do controle do governo na democracia (Bobbio, 2000). O marco da expansão burguesa e da dissolução da nobreza se dá na Revolução Francesa (1789). O comércio passa a ser a força motriz de desenvolvimento, interesse da burguesia, que se estabelece como classe dominante. O Estado exerce a relação de infraestrutura, com capacidade de adentrar na sociedade civil, implementando, por todo domínio as decisões políticas (Mann, 1992). A forma de adentrar na sociedade se dá de maneira regulatória, criada e dada pela própria sociedade civil.

Assim, o Estado tenta, pela autonomia, responder a questões de minorias como da elite que busca transformações, para o que ocasionam ações elaboradas que, muitas vezes, constituem políticas públicas (Evans, 2004). Diz Muller (2000) que a política se dá com planos, programas e projetos em setores da sociedade e/ou em regiões, e tem como base um conjunto de medidas concretas. Dinamizar o território, implantar produção. Com políticas territoriais estabelece novas formas de produção, que contribuem para o desenvolvimento econômico e social ou destoar da realidade.

Ainda para o autor, as decisões de alocação de recursos e decisões do Estado, muitas vezes, se dão de forma autoritária. O Estado aloca recursos conforme interesses, de forma coercitiva, para atender interesses, em especial de empresas. Por mais que exista pressão popular ou anseio social, muitas vezes, os movimentos sociais se desarticulam, e as mudanças ocorrem conforme decisão da esfera pública. Outra visão, a política é colocada em quadro de ações cuja medida é isolada. Na visão de Costa (2008), política pública possui, funções e normas. Hall, mostra a visão de política anglo-saxônica, da década de 1950 dizendo:

É uma atividade política com influência das características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas formais de governo e outros aspectos do sistema político. A política revela valores e ideologias, distribuição de poder, das estruturas institucionais e dos processos de tomada de decisão (Hall, 2001: 26).

O que diferencia as correntes europeias da anglo-saxônica é a forma como se deu a constituição do Estado para as correntes e quais as relações sociais consideradas e o peso que elas têm. Na corrente anglo-saxônica, política pública é o que o Estado faz, com base no Estado mínimo, ou seja, as ações são voltadas ao mercado. Não é função do governo a manutenção das necessidades básicas e sim das empresas. Os problemas do Governo são a questão central de teorias e de análises políticas.

Na corrente europeia, o Estado domina a sociedade e a molda convenientemente. Na perspectiva europeia, a forma do Estado é de regulação dos conflitos sociais e de classes. Para Muller (2000), o Governo é a fusão que controla por certo tempo: Estado é um mecanismo burocrático. Com a Constituição de 1988, surge a tendência de descentralização

do poder sobre a esfera pública, com a inserção da sociedade civil, instituições de ensino e Ongs no processo de elaboração e implementação de políticas públicas.

O processo se dá com formação de fóruns, e câmaras temáticos constituídos pelos moradores, empresários, estudiosos e representantes do Estado. Nesses espaços, há tentativa de expor, de debater e de chegar a consensos sobre o melhor a fazer para a sociedade. As políticas contrárias ao neoliberalismo têm como elementos principais a emancipação humana, e tem o trabalho como condição de sobrevivência e bem-estar. Na atividade turística, isso se dá no turismo comunitário, no qual as comunidades têm a produção relacionada ao setor primário. Apresentam às visitantes relações sociais, formas de trabalho e atrativos turísticos do lugar. Políticas contra hegemônicas são opostas ao processo dominante, com vistas a uma sociedade justa, igualitária e menos competitiva. Para Vieira, Putrick e Cury (2014: 451):

O turismo é uma atividade capaz de gerar crescimento para os lugares que viabilizam a prática da atividade, conseqüentemente, promove o desenvolvimento regional. Dependendo do contexto no qual está inserido, o termo apresenta uma abrangência relevante a definições e modelos.

O conceito de desenvolvimento costuma remeter a progresso, crescimento, sobretudo referente à situação econômica. Explica Cavalcanti (2003: 26), que a partir dos anos 30 do século XX, [...] foram enviados esforços na maioria dos países do mundo para proporcionar um desenvolvimento econômico, considerado [...] sinônimo de crescimento econômico”. Nesse pressuposto, o desenvolvimento está ligado à ideia de liberdade, quando se consideram as necessidades das pessoas, e condições que as tornem independentes. Dessa maneira, para que o desenvolvimento aconteça, os poderes (público e privado) trabalham em parceria para efetivação de estratégias de desenvolvimento¹. No turismo, entre as estratégias de desenvolvimento estão as políticas alternativas que buscam o desenvolvimento, preservação de belezas naturais e arquitetônicas. O turismo, como política alternativa, é uma oportunidade de valorizar e resgatar tradições, folclore, culinária, lendas, histórias. Os elementos da memória coletiva contribuem para o estreitamento dos vínculos emocionais do povo com o lugar. Questões como essas são aprofundadas no debate sobre turismo comunitário:

Aquele em que as comunidades de forma associativa organizam os arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas a exploração do turismo. Uma das primeiras ações é elaborar um pacto interno com todos os residentes em defesa de suas propriedades. Todos se comprometem com a preservação do lugar, dele não se desfazendo e, aqueles que precisam de fato vender a casa, submetem o negócio a apreciação da comunidade, que analisa quem é o comprador, verifica se pode ser um parceiro, e como pode ser feita a parceria (Coriolano, 2006: 201).

1. Estratégias de desenvolvimento local são capazes de proporcionar crescimento tanto para o lugar quanto para a sua população, visto que são necessárias condições que viabilizem a ocorrência desse processo impulsionando a comunidade, junto à gestão local na participação, e efetivamente trazendo benefícios na dimensão sócio comunitária (Vieira, Putrick e Cury, 2014, p.543).

As políticas públicas do turismo são uma fissura do Estado no território, tendo como premissa melhorar o acesso a serviços básicos do cidadão e de empresas. Políticas privadas empresariais preenchem brechas deixadas pelo Estado, em muitos casos, como modelo de responsabilidade socioambiental. Buscam lucros com aumento do consumo dos serviços, com inclusão de elementos diferenciados. Políticas alternativas desenvolvidas em comunidades cujos princípios se vinculam ao bem-estar comunitário.

Analisa-se políticas públicas de turismo dos municípios da Rota das Emoções tendo em vista compreender as condições de expansão da atividade turística no Piauí, que se utiliza das mudanças na organização político-econômica. Com o poder do empresariado, faz-se nova composição, em que Estado e iniciativa privada atuam em favor do turismo.

3 I O PIAUÍ E A ROTA DAS EMOÇÕES

O Estado do Piauí é um dos nove da Região Nordeste do Brasil, com população em torno de 3.264.531 habitante ocupando área de 251.529,186 km², distribuídos nos 227 municípios (IBGE, 2018). Apresenta limites geográficos a norte com o Oceano Atlântico, a leste com o Maranhão, a oeste com o Ceará e Pernambuco, e ao sul com a Bahia e Tocantins.

As questões de necessidade básicas como: saúde, moradia, educação, turismo impulsionam o planejamento político e transformação dos territórios. Contudo crises de ordem política e econômica, no contexto nacional, geram questionamentos quanto à eficiência da gestão, de políticas públicas, à credibilidade de instituições, à transparência no gasto público e no Estado. Pelo planejamento, o Estado exerce influência no processo de produção e de decisão nos territórios. Com a aplicação de políticas públicas, atrai investimentos públicos e privados, ordena o território no desenvolvimento de atividades como o turismo.

O Piauí contribui com 0,7% das viagens realizadas no Brasil, sétimo menor emissor de turistas, entre todas as Unidades da Federação. Em termos de geração de receitas turísticas, sua participação é de 0,8% do total do país.

O maior percentual de turistas é oriundo do próprio estado, assim como a maior receita gerada é pelos turistas piauienses. No documento de Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil, referente ao ano de 2014, o volume do turismo doméstico consistiu em 1.154.000 viagens (Brasil, 2014). O Piauí recebe o menor número de viagens domésticas do Nordeste (1.157.000), inclusas viagens tendo como origem e destino próprio estado. O litoral rico de paisagens tem sido estratégico para o desenvolvimento do turismo, contudo área de extrema vulnerabilidade. Por ser espaço diferenciado, o estado aplica investimentos em infraestrutura.

O litoral do Estado possui atrativos turísticos, patrimônio paisagístico, lagos, lagoas. No Litoral há concentração de pessoas, serviços e mercadorias articulados em

negócios e essa intensa ocupação denomina-se litoralização (Souza Neto, 2018: 49) que “é a expressão da urbanização nas áreas litorâneas, sendo em sua maioria áreas não destinadas aos residentes e sim ao turista”.

Atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos desde os meios de hospedagem, serviços de alimentação, guias de turismo, espaços de entretenimento e infraestrutura de apoio fazem com que o turismo se materialize em lugar turístico, que é a posição da produção e do consumo do produto, que, pela dinâmica da atividade turística (Fratucci, 2000). A Rota das Emoções é o roteiro turístico do Nordeste, que ultrapassa limites geopolíticos estatais, integrando Ceará, Piauí e Maranhão. Insere-se na Região Turística do Meio-Norte, na faixa litorânea que compreende o extremo oeste cearense, norte piauiense e noroeste maranhense.

Pela motivação de turismo de sol e praia, ecoturismo, turismo desportivo e de aventura, a Rota das Emoções perpassa três estados e quatorze municípios, sendo - Araióses, Barreirinhas, Paulino Neves, Santo Amaro e Tutoia, no Maranhão; Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luis Correia e Paranaíba, no Piauí; Barroquinha, Camocim, Chaval, Cruz e Jijoca de Jericoacoara, no Ceará - além de instituições, associações, agentes privados e órgãos de gestão de três unidades de conservação. A Rota atinge quase 1.200km, entre Fortaleza e São Luis, principais portões de entrada no roteiro.

Deve ao crédito na contribuição da atividade turística, em oferecer ao desenvolvimento regional à redução de desigualdades regionais, discurso utilizado na mídia nacional. Sob esse pretexto, os governos investem no turismo, na qualidade de desenvolvimento socioeconômico, acreditando no poder de arrecadação de impostos, taxas, tributos e acumulação de capital da iniciativa privada (Coriolano, 2009).

É importante reconhecer, no entanto, que, embora o turismo gere emprego e contribua significativamente para o crescimento econômico, não constitui fórmula automática para a redução da pobreza. O turismo causa impactos sobre pessoas afetadas pela pobreza: geração de renda; desenvolvimento de economias locais/rurais e dos meios de vida das pessoas; Impacto sobre o ambiente natural e cultural no qual vivem (Putrick, 2019).

A Rota das Emoções, considerada pelo Ministério do Turismo melhor roteiro do Brasil, em 2009, concorre com 90 roteiros. Lançada pelo Programa de Regionalização do Turismo, em 2004, a Rota das Emoções, no Piauí, era chamada de Delta Selvagem, e previstos projetos de educação ambiental e de desenvolvimento de turismo de base comunitária com qualificação profissional. Surge como estratégia de desenvolvimento de áreas marginais, com produtos turísticos menos estruturados. Os governos não investem em infraestrutura, em áreas marginais, pois as necessidades básicas como estrada, água, eletricidade são priorizadas. O setor privado não assume a carga de investimentos que as autoridades devem fornecer. Assim, o investimento privado permanece em áreas concentradas (Oppermann e Brewer, 1996).

No Brasil, em especial na Região Nordeste, os investimentos em infraestrutura, em grande parte foram direcionados às capitais e polos receptores do turismo. Contudo é importante a dispersão dos turistas com a criação de novas atrações, por diversificarem o produto turístico. Além de ampliar a permanência do turista. Como tais podem oferecer oportunidade de benefícios econômicos (Putrick, 2019).

O desenvolvimento da Rota das Emoções tem ênfase na proposta à vinculação e ao desenvolvimento das comunidades. Estruturação e implementação de rotas podem ser desenvolvidas, pelo setor público e pelo privado, para aumentar a atratividade da área e do produto turístico com o objetivo de gerar renda. Em alguns casos, a rota não tem como foco o desenvolvimento da comunidade. Contudo a evolução amplia o foco, na medida em que combina desenvolvimento de rota bem-sucedida com ampliação de ligações com residentes (Meyer, 2004).

A estrutura e implementação da Rota das Emoções implementada por políticas públicas. A temática da Rota não é forte, não é consolidada, e não passa por nenhum tema específico. A atividade turística se desenvolve em períodos sazonais que compreendem o período de férias escolares, inverno no hemisfério norte e feriados prolongados, o que gera emprego sazonal.

O produto vendido pelos agentes que comercializam a Rota das Emoções é uniforme, sendo a Jericoacoara, o Delta do Parnaíba e o Parque dos Lençóis Maranhenses. Pode-se dizer que a Rota das Emoções comercializa o produto não sendo oportuno diversificá-lo. A principal estratégia para o desenvolvimento de rota é formar redes cooperativas, com finalidade de ofertar turismo diversificado. Para sua estruturação, implementação e manutenção, em determinada região, é necessário construir e manter colaboração entre o Estado, empresa privada, instituição pública, conselho local, associação e comunidade (Meyer, 2004). Os arranjos podem ser formais ou informais, entre proprietários de atrativos, operadores e indústria de alimento, com vínculos horizontais e verticais de rede.

A cooperação é elemento de estruturação da rota, em contraposição, a concorrência entre fornecedores e atrativos turísticos. Os planejadores e operadores do turismo de nível internacional têm apresentado modelos colaborativos, como capazes de ampliar os benefícios do turismo (Selin, 1993; Crofts, Aziz e Raschid, 1998). Contudo, na atividade turística da Rota das Emoções a colaboração e parceria estão longe de se tornar realidade. Não se formaram redes colaborativas, a atividade turística é caracterizada pela infinidade de negócios de pequena escala com práticas e objetivos operacionais altamente diversos, comuns e frequentemente concorrentes (Putrick, 2019).

O SEBRAE atua como órgão articulador, para fomento ao empreendedorismo, além de orientar e promover o destino de mercados nacional e internacional. Contudo, sabe-se que não cabem ao Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) ações de desenvolvimento e estruturação dos municípios da Rota das Emoções. Papel é da Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS), consórcio formado pelos

estados do Piauí, Ceará e Maranhão, criado em 2006. O consórcio desenvolve ações integradas, planejamento e estrutura da Rota das Emoções.

Redes de colaboração estabeleceram-se por causa do número de indivíduos-chave que atuam como força motriz e líderes (Meyer, 2004). Os indivíduos-chave da Rota das Emoções não fogem à regra de redes colaborativas são SEBRAE, empresários, e representantes de secretarias municipais de turismo, que atuam em determinado período da estruturação e implementação da Rota das Emoções, porém a substituição de representantes, em virtude da questão política, contribui para a descontinuidade dos trabalhos. Os municípios de Parnaíba, Luis Correia, Ilha Grande e Cajueiro da Praia possuem Conselho de Turismo Municipal, como instâncias de governança, para atender a legislação e manter o município apto a receber recursos federais. Não têm atuação em projetos e em programas que beneficiem a atividade turística dos municípios.

Estados e municípios, contudo, não trabalham juntos no planejamento e implementação de calendários culturais, itinerários de circuitos regionais, campanha de *marketing*, e na identificação e tratamento de questões relacionadas ao turismo. A falta de colaboração regional reduz a capacidade política e econômica para lidar com forças externas públicas e privadas.

Entre os elementos de estruturação da rota, estão desenvolvimento de produtos inovadores, infraestrutura e acesso (Meyer, 2004). A estruturação e implementação são estratégias de dispersão no turismo. Tornaram-se exemplos exitosos, vinculados à atividade turística, com aumento no período de férias, os meios de transporte, busca de experiências culturais, viagens de curta duração de um dia.

Os fatores de produção da Rota das Emoções têm como base atrativos naturais e culturais, com diversidade de recursos naturais, principais atrativos materializados em paisagens originais, diversidade biológica e presença de espécies endêmicas. As rotas estabelecem sistema de orientação para viajantes, embora muitas sejam também visitadas pelas excursões organizadas. É critério o produto atender às necessidades de inexplorado mercado de fontes turísticas, ou seja, importante ativo do ecoturismo, turismo comunitário, patrimônio cultural, crescimento da receita do turismo, em vez de apenas entrar em mercados existentes.

A concentração de visitantes, na Rota das Emoções, se dá em locais onde estão os principais atrativos. A comunidade tem que se deslocar até os principais atrativos, ou são alijadas do processo. Não foi realizado inventário turístico de nenhuma das cidades pertencentes. Não há mapeamento de pontos de artesanato, principalmente, não há conexão rodoviária entre as cidades. Os órgãos não discutem, não têm visão clara de aonde querem chegar. As principais questões são falta de recursos financeiros e incapacidade de delegar responsabilidades; conceitos pouco familiares de ordenamento do território e formulação de estratégias regionais de planos de desenvolvimento; falta de clareza do papel desempenhado pelos representantes institucionais do turismo, nas esferas federal, estadual e municipal.

Disponibilidade de infraestrutura é aspecto fundamental do desenvolvimento das rotas. Significa que a estrada básica ou rede de trilhas precisam ter padrão que atraia e satisfaça potenciais visitantes. A rota geralmente passa pelas estradas secundárias que oferecem ritmo de deslocamento descontraído. As rodovias apresentam paisagens cênicas, o que aumenta o apelo turístico, e faz o turista escolhê-lo, em oposição a rodovias rápidas. Viajar ao longo das paisagens é importante produto. A rota precisa ser escolhida e projetada na paisagem atraente. O valor cênico é importante para turistas (Meyer, 2004). Para qualquer rota, a infraestrutura é crucial. Isso inclui infraestrutura básica, sinalização, área de descanso e saneamento.

Na Rota das Emoções, as instalações de alojamento estão, na maioria, em Parnaíba. Segundo Silva (2013: 118), “o litoral do Piauí constitui uma unidade territorial funcional, na qual a cidade de Parnaíba desempenha o papel de centro de apoio principal para a realização das atividades sociais, econômicas e de serviços de toda essa região”.

A atividade turística é dependente da hospitalidade de anfitriões, assim a participação da comunidade, no desenvolvimento de produtos e na tomada de decisões, é essencial (Meyer, 2004), e se dá em escalas, desde repasse de informações, consulta e poder de decisões. O empreendedorismo é necessário ao turismo. Assim a abertura de novas empresas é necessária. Criar vínculos, em muitos casos, é iniciativa de agências externas, de ordem pública e privada. Alcance de sustentabilidade financeira dos empreendimentos empresariais é um dos principais fatores de análise. Em algumas regiões, há necessidade de investimento em infraestrutura básica e em instalações de área rural marginal, em comparação a áreas turísticas estabelecidas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Rota das Emoções funciona mas poderia ter melhores resultados se existisse organização colaborativa, o que tem sido obstáculo ao desenvolvimento integrado e coordenado da oferta turística. As organizações envolvidas no turismo têm pouca ou nenhuma sinergia. A falta de clareza, em relação aos papéis e responsabilidades leva à duplicação de planos de desenvolvimento e à falta de integração. Sem colaboração, fica difícil para os responsáveis pelas instituições saber a quem recorrer para formatação da proposta de desenvolvimento, única ou integrada. Isso se dá na escala estadual e, no caso do Piauí, municipal, pela falta de autoridade coordenadora global para processo de aplicação de planejamento. Como consequência, as comunidades são incapazes de se organizarem de tal maneira que não possam ser contatadas e comunicadas.

Enquanto os governos dos estados não assumem a reponsabilidade pelo desenvolvimento do turismo, na Rota das Emoções, sente-se a incapacidade das intuições públicas de fazê-lo. Sobre falta de autoridade, compreensão e capacidade de desenvolver o turismo, foram críticas comuns durante a pesquisa.

O turismo enquanto política pública na região tem proporcionado mudanças mínimas na espacialização dos municípios. A implementação do Programa de Regionalização do Turismo não gerou a desconcentração territorial do turismo. Apesar do Estado do Piauí fazer parte da Rota das Emoções a atividade turística se dá de forma lenta se comparado aos vizinhos Ceará e Maranhão. O turismo está vinculado ao segmento de sol e praia, ecoturismo e turismo de aventura. Apesar de as áreas naturais serem a matéria prima da atividade turística os problemas de degradação são recorrentes.

A complexidade da articulação política torna-se desafio e salienta diferenças sociais e espaciais, políticas governamentais próprias, diferentes culturas, estágios de desenvolvimento turístico e ritmos de trabalho distintos. O turismo envolve, na realização, diversos sujeitos sociais, inclui população local, turistas, agentes de mercado e poderes públicos, com diferentes expectativas, por vezes, divergentes.

REFERÊNCIAS

Andrade, M. C. (2005), *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária*, 7a ed., São Paulo: Cortez.

Araújo, E. F. (2013), "As políticas públicas de turismo na região Nordeste: novas ações do governo estadual cearense", in *Revista Geografia em Atos*, 1(13), pp. 22-35.

Bardin, L. (1977), *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70, 1977.

Bobbio, N. (2000 [1985]), *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*, (trad. port. de Stato, governo, società. Per una teoria generale della politica, por Marco Aurélio Nogueira, ed. original em 1985), 15a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Brasil (2014), *Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil*, Brasília: Ministério do Turismo.

Brasil (2015), *Estatísticas Básicas de Turismo Brasil*, Brasília: Ministério do Turismo.

Cavalcanti, A. P. B. (2003), *Sustentabilidade ambiental: perspectivas atuais de desenvolvimento*, Teresina: UFPI.

Coriolano, L. N. M. T. (2006), *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*, São Paulo: Annablume.

Coriolano, L. N. M. T. (2009), *Arranjos produtivos do turismo comunitário: atores e cenários em mudança*, Fortaleza: EdUECE.

Coriolano, L. N. M. T.; Fernandes, L. M. M. (2005), "Turismo: ações e contradições da realidade cearense", in J. B. Silva; T. Cavalcante; E. W. C. Dantas (orgs.), *Ceará: um novo olhar geográfico*, Fortaleza: Demócrito Rocha, pp.383-410.

Costa, W. M. (2008), *Geografia Política e Geopolítica*, São Paulo: Universidade de São Paulo.

CRESWELL, J. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Tradução de Sandra Mallmann da Rosa; Revisão técnica: Dirceu da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

Crotts, J. C.; Aziz, A.; Raschid, A. (1998), “Antecedents of supplier’s commitment to wholesale buyers in the international travel trade”, in *Tourism Management*, 19(2), pp. 127-134.

Cruz, R. C. A. (1999), *Políticas de turismo e (re) ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil*, Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH – Universidade de São Paulo.

Dantas, E. W. C. (2003), “Histórico da ocupação da zona costeira: uso e ocupação da zona costeira e seus impactos”, in A. A. Campos et al. (orgs.), *A Zona Costeira do Ceará: diagnóstico para a gestão integrada*, vol. 4, Fortaleza: Aquasis, pp. 140-147.

Dantas, E. W. C.; Ferreira, A. L.; Clementino, M. L. M. (coords.) (2010), *Turismo e imobiliário nas metrópoles*, Rio de Janeiro: Letra Capital.

Elias, D. (2005), “Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário”, in J. B. Silva; T. Cavalcante; E. W. C. Dantas (orgs.), *Ceará: um novo olhar geográfico*, Fortaleza: Demócrito Rocha, pp.429-461.

Evans, P. (2004), *Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial*, Rio de Janeiro: UFRJ.

Fórum Econômico Mundial (2017), *Travel & Tourism Competitiveness Report*, [Consult. a 13.03.2018]. Disponível em: <http://blog.panrotas.com.br/mktdestinos/index.php/2017/04/07/brasil-ocupa-27a-posicao-em-ranking-de-competitividade-no-turismo/>

Fratucci, A. C. (2000), “Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico”, in *Revista GEOgraphia*, 2(4), pp. 121-133.

Hall, J. (2001), *Os Estados na história*, Rio de Janeiro: IMAGO.

Ibge, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), *Cidades Piauí*. [Consult. a 06.12.2018]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/pesquisa/10060/60147>

Mann, M. (1992), “O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados”, in J. Hall (org.), *Os Estados na história*, Rio de Janeiro: IMAGO.

Meyer, D. (2004), *Tourism routes and gateways: key issues for the development of tourism routes and gateways and their potential for Pro-Poor Tourism*, Overseas Development Institute.

Muller, P. (2000), *Les politiques publiques*, 4a ed. Paris: Universitaires de France.

Onu, Organização das Nações Unidas (2017). *Chegada de turistas internacionais atinge recorde de 1,3 bilhão em 2017*, [Consult. a 13.03.2018]. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/08/1635612>

Oppermann, M.; Brewer, K. P. (1996), “Location decision making in hospitality using GIS – a paradigm shift?”, in G. Prosserger (ed.), *Australian Hospitality and Tourism Research Conference*, Coffs Harbour, Australia: Bureau of Research, pp.279-288.

Pereira, P. et al. (2009), *Política social, trabalho e democracia em questão*, Brasília: Universidade de Brasília.

Putrick, S. C. *O Turismo na Rota Das Emoções e no Desenvolvimento Socioeconômico de Municípios do Estado do Piauí*. Tese de Doutorado em Geografia. UFPR. 2019.

Selin, S. (1993), "Collaborative alliances: new interorganisational forms in tourism", in *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 2(2-3), pp. 217-227.

Silva, M. M. M. (2013), *O turismo nas ondas do litoral e das políticas públicas do Piauí*, Tese de Doutorado, Belo Horizonte: IGC – Universidade Federal de Minas Gerais.

Silva, M. R. F.; Santos, N. P. (2014), "Demanda turística no Brasil e os caminhos para o turismo sustentável", in G. F. Seabra e A. P. Portuguese (orgs.), *Turismo sertanejo: patrimônio cultural e realidade social em comunidades*, Ituiutaba: Barlavento. pp.110-123.

Souza Neto, G. F. (2018), *A modernização do litoral cearense: território, Estado e políticas públicas*, Tese de Doutorado, Fortaleza: PROPGEO – Universidade Estadual do Ceará.

Triviños, A. N. S. (1987), *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*, São Paulo: Atlas.

Vieira, A. F.; Putrick, S. C.; Cury, M. J. F. (2014), "A Geografia, o desenvolvimento regional e o turismo na Ilha das Canárias, estado do Maranhão-MA-Brasil", in *Geographia Opportuno Tempore*, 1(2), pp.537-553.

Yázigi, E. (2009), *Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo*, São Paulo: Plêiade.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração Pública 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 108, 147, 155, 156, 157, 221, 226, 251

Agricultura Familiar 14, 17, 125, 175, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192

Amazônia 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 251

Assistência Social 74, 82, 83, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 103, 105, 125, 154, 212, 215

Avaliação 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 38, 77, 90, 111, 113, 114, 118, 147, 155, 164, 169, 175, 176, 178, 194, 195, 196, 201, 206, 207, 251

B

Biodiesel 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Brasil 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 22, 25, 28, 32, 33, 36, 39, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 83, 86, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 154, 155, 157, 161, 165, 166, 171, 173, 174, 177, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 207, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 247, 249, 250

C

Capacitação 20, 94, 111, 112, 113, 114, 115, 128, 129, 160, 167, 168, 176, 226, 229, 232

Capital Humano 3, 4, 11, 17, 28, 52, 53, 55, 61, 62, 63, 68

Capitalismo 75, 76, 77, 78, 79, 83, 124, 221

Cidadania 23, 24, 32, 83, 84, 86, 87, 97, 156, 157, 162, 168, 169, 223, 224, 226, 232, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 247, 251

Cidade 7, 31, 114, 120, 125, 128, 141, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 161, 168, 238, 244

Controle Social 23, 24, 25, 31, 32

Cooperação 13, 14, 35, 43, 44, 47, 49, 93, 103, 121, 139, 168, 189, 202, 223, 224, 229, 230, 231, 233

D

Desenvolvimento 3, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 55, 60, 69, 70, 71, 78, 85, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 103, 104, 112, 114, 115, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135,

136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 154, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 194, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 231, 234, 239, 251

Desigualdade 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 122, 126, 149, 214

E

Economia Criativa 23, 25, 27, 28, 30, 32, 33

Economia Solidária 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 170, 172

EMBRAPA 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 193, 196, 200, 207

Extensão Rural 175, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193

F

Família 73, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 100, 127, 178, 186, 187, 219, 225, 229, 230, 231, 235, 236

Formulação 18, 23, 24, 26, 31, 37, 38, 48, 87, 90, 140, 147, 148, 153, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 180, 185, 186

Fronteira 167, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 241, 242, 247, 248

Fundo Público 209, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222

G

Gestão Pública 1, 5, 10, 13, 14, 15, 20, 23, 24, 25, 31, 34, 50, 103, 131, 146, 161, 169, 251

Governança 111, 112, 113, 114, 118, 119, 140, 174, 181, 222

H

Habitação 80, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 212, 215

I

Implementação 7, 18, 19, 23, 24, 26, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 46, 48, 93, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 127, 133, 136, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 152, 153, 155, 167, 169, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 189, 190, 191, 193, 206, 226

Inclusão 91, 121, 122, 123, 130, 137, 146, 154, 163, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 191, 192, 222, 226

Inovação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 45, 158, 168, 172, 174, 175, 180, 251

Interdisciplinaridade 85, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97

M

Mediação 37, 124, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234

Mercado de Trabalho 53, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 81, 82, 126, 127, 166

Município 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 40, 41, 48, 130, 140, 160, 161, 184, 186, 188, 207, 214, 241, 243

N

Nordeste Brasileiro 132, 133

O

Organizações da Sociedade Civil 111, 112, 113, 114, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129

P

PAC 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Periferia 149, 156, 158, 159, 169

Planejamento 7, 8, 21, 27, 29, 69, 71, 72, 109, 110, 112, 137, 140, 141, 144, 149, 150, 153, 154, 166, 168, 178, 210, 221, 222, 239

PNPB 183, 184, 185, 186, 191, 193

Política Pública 23, 24, 28, 30, 31, 34, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 48, 50, 90, 120, 122, 123, 129, 130, 135, 142, 146, 149, 151, 172, 176, 177, 185, 186, 188, 189, 191, 194, 195, 199, 203, 205, 206, 221, 222, 224, 232

Políticas Culturais 27, 156, 157, 159, 161, 169

Políticas Sociais 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 90, 97, 123, 154, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222

Previdência Privada 98, 99, 101, 102, 106, 107, 108

Previdência Social 86, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110

Programa de Regionalização do Turismo 132, 133, 138, 142

Proteção Social 73, 74, 78, 79, 82, 83, 84, 87, 90, 91, 92, 96, 103, 104, 105, 131, 216

R

Reformas Previdenciárias 99, 102, 103

Registro Tardio 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250

Renda 17, 27, 30, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 81, 99, 100, 107, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 133, 138, 139, 149, 150, 152, 163, 166, 168, 172, 177, 178, 179, 183, 185, 186, 200, 203, 216, 218, 219

Rota das Emoções 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142

S

Seguridade Social 86, 101, 103, 104, 105, 109

SENAES 122, 123, 124, 125, 129

SUAS 5, 8, 9, 18, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 35, 42, 46, 48, 49, 50, 53, 57, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106, 112, 114, 121, 123, 126, 127, 136, 143,

146, 148, 151, 153, 154, 158, 160, 164, 165, 171, 173, 179, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 209, 212, 217, 220, 230, 233, 235, 236, 237, 238, 239

Sustentabilidade 26, 109, 111, 112, 113, 118, 126, 141, 142, 160, 168, 171, 172, 174, 178, 180, 194, 195, 196, 197, 201, 208

T

Trabalhadores 33, 51, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 78, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 100, 102, 108, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129

Trabalho Interdisciplinar 85, 87, 91, 92, 93, 96, 97

Turismo 27, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

U

Urbanização 138, 145, 148, 149, 151, 152

Z


Zoneamento 175, 177, 179, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 